

O CURRÍCULO NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO: CAMINHOS DE POSSIBILIDADES

Thamires de Sousa Paiva (1); Maria José de Melo Fernandes (2); Me. Silvia Helena de Sá
Leitão Morais Freire (3)

- (1) *Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)*; E-mail: thamires.nbrt@gmail.com;
(2) *Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)*; E-mail: maria.fernandes11@hotmail.com;
(3) *Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UERN) /PPGED*; E-mail: silviahpedagogia@gmail.com

RESUMO: Este artigo apresenta resultados decorrentes de estudos desenvolvidos no componente curricular denominado Currículo, presente no curso de pedagogia na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. O interesse pela pesquisa surgiu mediante as atividades realizadas em sala, onde as alunas puderam perceber a importância de se discutir as dificuldades de adaptação curricular que as escolas públicas apresentam, em especial aquelas que contam com a presença de um grande número de alunos com Necessidades Educacionais Especiais- NEE. Uma vez que o currículo é um devir em constantes transformações, é por este motivo que não se deve ter um olhar sobre ele como sendo algo tradicional, e para isso a escola precisa apropriar-se das modificações que o currículo sofre ao decorrer do tempo. Deste modo, este artigo tem por objetivo perceber através das experiências/vivências dos professores das escolas públicas quais os caminhos e possibilidades para um currículo inclusivo em sala de aula. Assim, por meio de uma pesquisa bibliográfica, buscamos nos basear em aportes teóricos e metodológicos como Silva (2010) que apresenta o currículo em sua perspectiva histórica; Moreira (1994) Moreira e Candau (2008); Freire (1987); Gurgel (2007); Coelho (2010); Marchesi (2004); e entre outros. Além disso, para sustentação da pesquisa, utilizamos o método de entrevista estruturada com uma professora do ensino fundamental que trabalha diretamente com crianças com NEE. Em vista disso, ao decorrer do artigo propomos conhecer o contexto histórico e conceitos do currículo em movimento; investigar a trajetória de acontecimentos significativos da educação inclusiva, tendo em vista seu contexto de luta e movimentações por seus direitos; por fim, serão apresentados possíveis caminhos para um currículo inclusivo, acreditando na perspectiva de uma educação de qualidade e acessível a todos.

Palavras-chave: Currículo; Crítico-reflexivo; Inclusão Educacional.

INTRODUÇÃO

Destacamos neste estudo a importância de se discutir acerca das adaptações curriculares nas escolas públicas que possuem alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Entendemos o currículo como algo que está em constante aperfeiçoamento, portanto precisa se apropriar das modificações que a escola sofre. Segundo Silva (1999) as teorias de currículo, especialmente as teorias pós-críticas,

sugerem um currículo acessível a todos os alunos e que indique alteridade, diferenças culturais, de gênero, etnia, sexualidade e subjetividade. Por considerar o indivíduo um ser singular dotado de necessidades específicas esse currículo precisa ser amplo, diversificado e inclusivo. Entretanto, a aplicação dessa teoria, nem sempre é bem aceita, ou sequer consegue ser adotada em sala de aula.

As legislações vigentes fixam fundamentos, princípios e procedimentos referentes ao currículo básico da educação infantil e da educação especial, como é o caso das Diretrizes Curriculares Nacionais. Para isso, estas precisam ser aplicadas de forma que englobe a educação de todo o país, visto que as mesmas são determinações legais. Partindo desse pressuposto, surgiram nossos questionamentos sobre a efetivação do currículo inclusivo em sala de aula. Deste modo, este trabalho é significativo para a academia acreditando que o mesmo trará um novo olhar para os estudantes de Pedagogia sobre o currículo na educação especial, principalmente para aqueles que atuarão na educação infantil, uma vez que precisarão planejar aulas que possam ser aplicadas de maneira que atenda cada necessidade individual e que todos tenham acesso ao ensino.

Este artigo tem por objetivo perceber através das experiências/vivências dos professores das escolas públicas quais os caminhos e possibilidades para um currículo inclusivo na sala de aula. Além disso, propomos conhecer o contexto histórico e conceitos do currículo em movimento, investigar a trajetória de acontecimentos significativos da educação inclusiva, e, por fim, apresentar os possíveis caminhos para um currículo inclusivo e diversificado.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho possui natureza qualitativa, pretendemos obter uma análise mais significativa e profunda sobre os meios de implantar um currículo inclusivo na sala de aula. Quanto aos procedimentos, tomaremos ciência sobre a produção científica existente acerca do currículo associado ao campo da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no meio escolar, portanto empregamos a pesquisa bibliográfica. Dessa forma, pretendemos desenvolver o referendado estudo perpassando pela trajetória histórica dos conceitos e contextos do currículo e da inclusão, enfatizando os acontecimentos mais determinantes. Em seguida, abordaremos possíveis caminhos a serem traçados em sala de aula, para uma efetivação das teorias de currículo mais

ativa. A fim de desenvolver os objetivos desta pesquisa, utilizamos com base os referenciais teóricos como Silva (2010); Moreira (1994) e Moreira e Candau (2008); Freire (1987); Gugel (2007); Coelho (2010); Marchesi (2004), entre outros.

Além disso, a fim de oferecer uma melhor apreensão da realidade da aplicação do currículo inclusivo, utilizamos o método de pesquisa estimativa, para isso, empregamos um roteiro de entrevista estruturada contendo 9 (nove) questões subjetivas. A entrevista foi aplicada e respondida por uma professora, a qual atribuímos o nome fictício de Lisbela, que atua no primeiro ano do ensino fundamental, após o retorno da interlocutora foi possível compreender os significados e percepções atribuídos por ela ao currículo inclusivo e seus desdobramentos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

CONTEXTO HISTÓRICO E CONCEITOS: O CURRÍCULO EM MOVIMENTO

O termo currículo possui diferentes significados e conceitos. De acordo com Moreira e Candau (2008) existem relações do currículo com conteúdo, com experiências de aprendizagem, plano, objetivos educacionais, texto e ainda é entendido como quase sinônimo de avaliação. Apesar das diversas conceituações existentes, aqui é entendido como um processo que preenche a sociedade escolar e se constitui a partir das transformações histórico-culturais, sejam elas tecnológicas, políticas, culturais e sociais. Sendo assim, o currículo é um programa utilizado pela escola para que de forma geral seja difundida a educação igualitária para todos.

Com o intuito de entender a trajetória histórica do surgimento do currículo tomamos como base Silva (2006), explicitando que o termo currículo ao longo da história teve várias concepções. No latim, currículo significa trajeto, percurso e caminho. O currículo teve sua aparição inicial no campo da educação no século XVI, o termo estava relacionado à ideia de “ordem como estrutura” e “ordem como sequencia”.

O currículo, segundo Hamilton (1992 apud Silva, 2006) referia-se ao curso inteiro de vários anos seguido pelos alunos. Sendo assim, a autora referenciada coloca em pauta, a partir dos registros históricos, que uma instituição de ensino superior apenas atribuía um título a alguém se este tivesse cumprido toda a trajetória do curso. Ainda de acordo com Silva (2006) esses registros históricos colocam em pauta “[...] a

ideia de que os diversos elementos de um curso educacional devem ser tratados como uma peça única expressa na globalidade estrutural e na completude sequencial, conforme os parâmetros de cada época histórica. (p. 4821)”.

Portanto, no contexto histórico explorado, o currículo se construiu como sendo elementos sequenciais para serem utilizados em uma instituição educacional com a finalidade de tornar global essa estrutura. O mesmo se estabelece a partir das transformações sociais e culturais, entretanto, o currículo, apesar de sua aceitação às transformações sociais, em alguns casos permanece estático e tradicional. Um exemplo disso são as novas tecnologias que podem ser atribuídas à formação de um currículo diversificado e relacionado ao cotidiano do aluno, entretanto, as escolas e professores, mesmo com a autonomia que dispõem não a usufruem.

Moreira (1992a e 1992b, apud MOREIRA E SILVA, 1994) relaciona o surgimento do currículo escolar aos avanços na indústria americana após a Guerra Civil. Com a industrialização e urbanização houve um crescimento da presença dos imigrantes nas metrópoles no contexto americano, com isso, essas pessoas continuavam valorizando sua cultura inata, apesar da mudança de localidade. Sendo assim, essa prática era vista como uma ameaça aos costumes e práticas americanas. Em decorrência disso, surgiu a necessidade de um modelo nacional comum que tornasse eficaz o ensino das crenças da classe média americana, condutas consideradas dignas de serem adotadas e perpetuadas. Portanto, a escola foi admitida como o ambiente capaz de disseminar esse tipo de conhecimento, adaptando as transformações econômicas, sociais e culturais.

Na escola o currículo passou a ser considerada uma forma de controle social que se pretendia estabelecer. Coube a escola a imposição de valores, condutas e hábitos sociais culturalmente construídos. Houve, também, uma preocupação com a educação vocacional, já que a economia estava em destaque, por isso a organização do currículo tornou-se indispensável para o âmbito educacional. (MOREIRA E SILVA, 1994).

Na perspectiva de Moreira e Silva (1994) “o currículo é considerado um artefato social e cultural. Isso significa que ele é colocado na moldura mais ampla de suas determinações sociais, de sua história, de sua produção contextual”. (p.7) O currículo, com suporte nas palavras dos supracitados autores, é um elemento que possui uma história construída por meio da organização da sociedade e da educação, é um programa que compõe a transmissão do conhecimento adquirido socialmente e está vinculado às relações de poder, pois transmite

visões características com o objetivo de produzir identidades.

Por fim, Freire (1987) foi um dos autores que socializou críticas acerca do currículo tradicional, segundo ele o currículo era caracterizado por um conceito de “Educação Bancária” onde o professor é detentor de todo o saber e apenas “deposita” o conhecimento no aluno. Ao seguir esse currículo, portanto, o aluno e educador se tornam dependentes e sem criatividade, e o educando se torna assim não pelo “conhecimento” que lhe foi depositado, mas pelo processo que ele passou, caracterizado pelo autoritarismo. Para ele, a educação é um processo de diálogo e problematização, onde há uma horizontalidade do conhecimento a partir das relações, só assim será notório o processo de ensino-aprendizagem.

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: SEU CONTEXTO HISTÓRICO DE LUTAS E NOVAS POSSIBILIDADES

Conhecer a história das pessoas com deficiência é o eixo central para entendermos a educação inclusiva e os entraves que as pessoas com necessidades especiais superaram, levando-os a conquistarem os espaços sociais, que antes não era possível devido a tanto preconceito, apesar de que ainda haja indiferença com essas pessoas devido à construção histórica deste.

Estudos indicam que na Pré-História as pessoas com deficiência não sobreviviam ao ambiente hostil da terra, naquele período era preciso ir à caça para garantir o alimento e que eles não tinham um abrigo que fosse satisfatório nas noites de frio intenso ou calor insuportável. Portanto, nessa época sobrevivia apenas os mais fortes e aqueles que eram considerados um fardo para a tribo eram desprezados ou mortos.

Em Roma, existiam leis que não aceitavam as pessoas com deficiência. Nesse período aconteciam muitas matanças e perseguições com as pessoas que nasciam com deformidades, devido à população idealizarem corpos perfeitos de homens e mulheres semelhantes ao corpo dos deuses que adoravam. Há relatos, que ao perceberem que seus filhos nasciam com alguma deficiência, os pais abandonavam seus filhos na beira de rios em cestos. Aqueles que sobreviviam eram explorados na cidade fazendo parte de circos de horrores ou vivendo de esmolas. Com o passar dos anos, o cristianismo foi o maior aliado das pessoas com deficiência, pois combatia entre muitas outras práticas, a eliminação dessas pessoas, criando abrigos para o acolhimento destes. (GUGEL, 2007)

De acordo com GUGEL (2007) a partir do século XX houve avanços significativos sobre os elementos tecnológicos assistivos, que de acordo com a lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), tecnologia assistiva é:

Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se: III - tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

Os instrumentos já utilizados, como cadeiras de rodas, sistemas de ensino para surdos e cegos, bengalas etc. só foram se aperfeiçoando a fim de atender melhor essas pessoas, e a sociedade como um todo passou a compreender a importância da inclusão dessas pessoas, observando o quanto elas são capazes de se desenvolverem como qualquer outra pessoa.

A educação atualmente é direito de todos e seu acesso deve ser facilitado a fim de que todos tenham as possibilidades de construir saberes. A educação também visa trabalhar a diversidade humana, trabalhando como um fator de crescimento de todos no processo educativo. Mas nem sempre foi assim, o que é diferente muitas vezes é visto com indiferença, sendo assim o aluno com deficiência era posto de lado em se tratando de educação, tinha atendimento educacional separado ou simplesmente excluído desse processo.

A adoção do conceito de necessidades educacionais especiais e de educação inclusiva trouxe enormes mudanças e um campo de pesquisa amplo para a área da educação. A partir da implantação desses conceitos é que as pessoas com deficiência passam a ter acesso a esses meios:

Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se: I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Com essas modificações no cenário educacional foi possível modificar a ideia de que o deficiente deve se adaptar aos ambientes que frequenta, sendo que a acessibilidade deve tornar fácil a inclusão de todas as pessoas com dificuldades especiais.

OS CAMINHOS POSSÍVEIS PARA UM CURRÍCULO INCLUSIVO: ARTICULAÇÃO COM A APRECIÇÃO DE DADOS

A partir das legislações educacionais que orientam o planejamento curricular do sistema de ensino, principalmente as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, mudou-se a concepção de que o aluno com dificuldades deve adequar-se ao meio educacional que está inserido, bem como estabeleceu que as escolas deveriam facilitar o acesso e permanência do aluno com necessidades educacionais especiais. Entretanto, como afirma Coelho (2010, p. 58) “as questões legais aparecem como suporte orientador e indutor de mudanças, mas não como garantia efetiva da inclusão, já que por si só, leis não garantem mudanças”. Dessa forma, é disposição da escola e dos sistemas de ensino o desafio de desenvolver coletivamente as condições a fim de acolher e atender a diversidade de seus alunos.

As Diretrizes Curriculares Nacionais são um conjunto de determinações fixadas pelo Conselho Nacional de Educação, que possuem como objetivo principal orientar o planejamento, elaboração e revisão do currículo escolar, de forma que possibilite a toda população ter acesso aos conhecimentos e conteúdos básicos, respeitando as particularidades de cada região e localidade, contextualizando as áreas do conhecimento com as experiências de cada perfil de aluno. Apesar de equivalerem a normas obrigatórias, as diretrizes asseguram a autonomia da escola e do professor exclusivamente, de forma que o documento incentiva a escola a estabelecer o seu próprio currículo, e permite aos professores contextualizar os conhecimentos base com a proposta pedagógica da escola.

Em relação à legislação, durante a entrevista a professora pôs suas considerações sobre a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), que tem como escopo propor direitos e objetivos para o desenvolvimento da educação infantil. Em seu relato, a professora informou que:

A BNCC propõe a busca por equidade na educação, demanda currículos diferenciados e adequados a cada sistema, rede ou instituição escolar, considerando o contexto e as características dos alunos. Em relação ao que é proposto pela Base, percebemos que não há uma valorização do caráter crítico do aluno. Os conteúdos propostos em sua totalidade não têm o intuito de estimular o senso crítico do aluno, apenas proporciona conhecimentos técnicos e profissionalizantes. (LISBELA, 2017)

Durante sua formação, o pedagogo tem contatos diversos com as teorias relacionadas a inclusão e a diversidade, as discussões giram em torno de conhecer as deficiências, estudar a história e as políticas públicas de inclusão, compreender como se dá o atendimento a essas pessoas, entretanto, embora a faculdade ofereça um leque vasto de conhecimentos sobre a área, o professor/pedagogo ainda enfrenta obstáculos no atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, visto que todos os alunos são diferentes, e, portanto possuem suas dificuldades particulares, como afirma Marchesi (2004):

Os alunos são diferentes em seus ritmos de aprendizagem e em seus modos pessoais de enfrentar o processo educacional e a construção de seus conhecimentos. A atenção às diferenças individuais educativas faz parte também de todas as estratégias educativas que se assentam no respeito à individualidade de cada aluno. Um respeito que, no caso dos alunos com necessidades educativas especiais, exige que se proporcione uma educação adaptada às suas possibilidades. (p. 38)

Sendo assim, o professor/pedagogo precisa estar preparado para adaptar o conteúdo curricular as particularidades de cada aluno, isso implica realizar a mesma atividade determinada pelo currículo escolar para uma criança que não tem dificuldades para enxergar e para a criança que possui baixa ou nenhuma visão. Nesse sentido, Marchesi (2004) destaca que o professor é o principal personagem, no processo de desenvolvimento de estratégias e atividades que possam favorecer a inclusão e participação de todos os alunos.

O maior desafio presenciado e informado por Lisbela¹ no seu cotidiano em sala de aula é a prática vivenciada com alunos com NEE, visto que nos seus relatos, a professora nos comunicou que não recebe/recebeu nenhuma formação especializada para atender essas crianças e tampouco possui conhecimentos que possam auxiliar na mediação dessa prática. Outro ponto a ser destacado no seu relato foi à compreensão de si mesmo e o reconhecimento da necessidade de transformação do seu exercício, quando pontua que precisa de uma formação continuada e de estudos que favoreçam a ampliação de conhecimentos que possibilitem a mediação do ensino de crianças com NEE.

É, portanto, necessário articular a equipe escolar e os pais, a fim de promover uma (re) elaboração do projeto político pedagógico da escola em prol de melhorias na área da inclusão dos alunos, sendo assim será possível que os pais e professores socializem suas dificuldades, receios e objetivos para proporcionar um acesso à educação igualitário e justo.

A partir das narrações de Lisbela, foi identificado que a escola a qual trabalha oferece poucas condições de trabalho com a inclusão, segundo ela, a escola ainda precisa avançar

¹ Nome fictício atribuído a professora entrevistada.

bastante no que diz respeito ao currículo inclusivo, pois, para ela as crianças são incluídas, entretanto: “[...] o professor, sem formação adequada, deve atender a essas necessidades, tentando fazer algo que acha certa para realizar um trabalho com essas crianças a fim de que possam avançar no aprendizado”.

Ainda neste mesmo relato, ela denuncia que a escola tem pouca reação em relação a esse trabalho específico com as crianças com NEE, pois não há recursos adequados para intervir na educação dessas crianças, deixando claro que essa realidade é vivenciada por ela na sua própria sala de aula, mas que mesmo com esse desafio ela e seu estagiário, procuram desenvolver trabalhos de socialização da criança com NEE com as demais, e com isso pode ser percebido alguns avanços no aprendizado da criança. Ela indica a importância de o professor promover orientações relacionadas à psicomotricidade, como deitar, rolar, andar, dentre outras, pois no seu caso a criança possui paralisia cerebral e, portanto, não consegue realizar atividades de pintura, recorte e colagem, por exemplo. Lisbela reflete sobre a importância de desenvolver atividades psicomotoras em sala de aula com crianças com NEE, são importantes tanto para o desenvolvimento da relação consigo, e com seu corpo, tanto para a interação com as outras crianças;

Com base em Blanco (2004) defendemos um currículo amplo e diversificado, porém equilibrado, onde a escola possa identificar se as necessidades dos alunos estão sendo contempladas e caso precisem tomar outras decisões. É preciso, que os professores conheçam cada um de seus alunos, a fim de entender suas particularidades e providenciar atividades de apoio para todo o ano letivo.

Por fim, a escola precisa evidenciar o seu papel, oferecendo apoio ao professor em suas dificuldades encontradas em sala de aula, oficinas aos professores que possibilitem a produção de materiais que ofereçam um apoio na realização de atividades em conjunto nas salas de aula, cursos de formação continuada para os professores que tenham dificuldades no atendimento dessas crianças e para uma atualização do manuseio das novas tecnologias. Sendo assim, é possível que a escola implante um currículo inclusivo, basta repensar suas teorias e métodos, possivelmente reformulá-los e adequá-los as particularidades dos alunos.

CONCLUSÃO

O presente trabalho veio sendo socializados a partir da divisão de três pontos que foram considerados relevantes para nós, em que o

primeiro trouxe a perspectiva do currículo, desde seu contexto histórico, fundamentações de autores e as diversas modificações que o currículo sofreu até o momento da escrita desse texto. No segundo ponto, nosso objetivo foi trazer discussões a respeito da educação inclusiva, as lutas sofridas por pais e alunos com necessidades educacionais especiais e suas conquistas ao longo dos anos; por fim, no último ponto, é significado os possíveis caminhos para um currículo inclusivo, tendo em vista um currículo que objetive a interação de todos os alunos, independente de suas dificuldades.

Para uma maior otimização da pesquisa e uma aproximação com a realidade experienciada, foram trazidos relatos de uma professora da Educação Básica em que ressalta a necessidade da formação continuada dos professores para que possam trabalhar com alunos com NEE, por considerar os conhecimentos teóricos e experiências vivenciadas até o momento insuficiente para um maior aprimoramento em suas práticas, além de compreender que através dessa formação se torne possível a escola desenvolver um currículo centrado nas necessidades diárias de seus alunos.

Com isso, consideramos que embora as Diretrizes Curriculares Nacionais tenham o objetivo de orientar o planejamento e revisão do currículo escolar de maneira que possibilite os indivíduos a terem acesso às informações igualmente e incentive as escolas a estabelecerem a autonomia do seu próprio currículo, é notório que para que isso ocorra de maneira eficiente é indispensável repensar as dificuldades que essas escolas enfrentam, e reconhecer sua subjetividade mediante seus contextos.

Deste modo, incentivamos a precisão de se pensar elaboração de um currículo centrado nas necessidades dos alunos e não somente nos conhecimentos e necessidades considerados importantes para seus elaboradores, além de manifestamos as contribuições de um currículo que possibilite acesso a todos os indivíduos independentemente das suas particularidades, e que vá além de uma educação que priorize as transmissões de conhecimento, mas uma educação conscientizadora, democrática, que prepare o indivíduo para utilizar seus conhecimentos adquiridos em sala de aula durante toda vida.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BRASIL, LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. **Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.** Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm >

_____. Conselho Nacional de Educação.
Resolução n. 2, de 11 de setembro de 2001, institui as

Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2001a.

COELHO, Cristina M. Madeira. **Inclusão escolar.** IN: Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Brasília, 2010

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** 50ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2015.

GUGEL, Maria Aparecida. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade.** 2007. Disponível em:
<http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php>

MARCHESI, Álvaro. **A Prática das escolas inclusivas.** In: Desenvolvimento Psicológico e Educação: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Editora Artmed, Porto Alegre, 2004

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, cultura e sociedade.** São Paulo: Cortez, 1994.

_____. Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. **Indagações sobre currículo: Currículo, conhecimento e cultura.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2008.

SILVA, Maria Aparecida . **História do Currículo e Currículo como Construção Histórico-cultural** - Trabalho Comp.. In: VI Congresso luso-brasileiro de História da Educação, 2006, Uberlândia. Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Uberlândia: EDUFU, 2006. v. 1. p. 4820-4828.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999. 156 p